



Anais da Assembléia

Nº 139

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 05 DE NOVEMBRO DE 1975.

ANO I

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 205ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 1975
(Quarta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camarg, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Wilson Fortes, José Domingos Scarpelini, e accioly Neto (50), achando-se ausentes os Srs. Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Deni Schwartz, Fuad Nadi e Werner Wanderer (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja registrado em ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Major PEDRO PLOTÉCIA, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Poderíamos dizer que houve mais um passamento com a morte do Major Pedro Plotécia, no entanto, homens como Plotécia, jamais morrem. Sua vida foi cheia de realizações, missões cumpridas, dedicando sua existência ao bem comum, ao trabalho, dando sempre mostras de seu caráter digno, de seu prestígio inconfundível, de sua capacidade de trabalho deixando marcas por onde passou.

Foi fundador do clube dos sub-tenentes e sargentos da Guarnição de Ponta Grossa, ainda, fundador da Associação dos Militares da Reserva, teve atuação destacada na revolta comunista no Rio de Janeiro, partindo de simples Recruta ao posto de Major do Exército.

Requer outrossim, que se dê conhecimento deste, à

família enlutada, residente em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa após ouvido o plenário, seja consignada na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pela passagem do 178º aniversário de elevação de Antonina à categoria de cidade.

Conta a história do centenário município que em 12 de setembro de 1714, Dr Frei Francisco de São Jerônimo, Bispo no Rio de Janeiro, autorizou a construção de uma capela em homenagem a Virgem do Pilar, razão pela qual ficou esta data como sendo considerada a data de fundação de Antonina que era conhecida como "Capela", daí seus habitantes serem conhecidos por "capelistas".

Contudo, sua elevação à categoria de município, com a denominação de Antonina, ocorreu em 29 de agosto de 1797, em homenagem ao príncipe D. Antonio.

Finalmente, no dia 6 de novembro de 1797 sua sede foi elevada à categoria de cidade.

Antonina pela sua história e pelo trabalho de sua gente, fala bem alto dentro do progresso extraordinário de nosso Estado.

Requer outrossim, que da decisão desta Casa se dê ciência ao Sr. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores de Antonina.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1975.

a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão, voto de regozijo pela passagem do DIA DO RADIOAMADOR.

Outrossim, requerem seja dada ciência da decisão à "Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão", na pessoa do Sr. Luiz Adamião Pereira, Diretor Seccional da Labre.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1975.

aa ENÉAS FÁRIA

ADALBERTO DAROS

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental e após ouvir o plenário, requer seja oficiado aos Exmos. Srs. Ministro de Educação e Cultura, Governador do Estado e Secretário do Estado de Educação e Cultura, para que estudem a viabilidade de criação e funcionamento da Faculdade de Agronomia, com sede na comarca de Iporã, que, de acordo com o rescenseamento de 1970, acusou-se a 12ª cidade do Estado do Paraná. Ficou marginalizada até 74, época em que Iporã demonstrou seu civismo, amor à terra e à sua gente, levando um iporãense a Assembléia Legislativa.

Com sua pujança de crescimento, independente de credo

político ou religioso, creio que Iporã não mais sofrerá a marginalização pelos órgãos administrativos, porque mesmo esquecida, sua população ainda vibra a grandeza de nossa Pátria.

Srs. Ministro, Governador e Secretário, faço apelo, em nome dos munícipes de Iporã, para que este pedido seja realizado, e que não seja em vão, pois dezenas de estudantes aguardam ansiosos, e não será somente Iporã o beneficiado, mas sim o o Norte do Paraná.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, se oficie ao Exmo. Sr. Secretário do Interior, solicitando o apressamento de operação efetiva do novo sistema de telefones em MARINGÁ, pela substituição do antigo serviço, já totalmente obsoleto, de 3.500 terminais, por moderna estação de 10.000 terminais.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1975.

aa) GABRIEL SAMPAIO

JORGE SATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, depois de ouvido o plenário, requer seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN, DD. Ministro da Fazenda, sugerindo a criação de uma lei, no sentido de que as empresas que contratarem esportistas amadores, dando aos mesmos ampla liberdade para a prática do esporte, e participação em competições esportivas, dando enfim, total e irrestrito apoio para um maior desenvolvimento do esporte brasileiro, tenham descontado no Imposto de Renda da respectiva forma, o montante dos salários constantes da Folha de Pagamento, referente aos funcionários, atletas amadores.

JUSTIFICATIVA:

Levando-se em consideração o valor que o esporte representa para a saúde física e mental "mente sana in corpore sano", devendo ser incentivada sua prática, sem restrição de idade mas, principalmente entre a juventude, seres ainda em formação e que precisam ter no esporte um meio de liberação das energias contidas. Maiores e melhores oportunidades devem ser dadas àqueles que se dedicam a qualquer modalidade de esporte amador.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1975.

a) LÁZARO DUMONT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, se oficie ao Exmo. Sr. Secretário do Interior, solicitando o apressamento da operação efetiva do novo sistema de telefones de MARIALVA em DDD.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 163/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fixa o Poder Executivo autorizado a considerar de Utilidade Pública o MONTEPIO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DO BRASIL, sociedade civil de fins beneficentes, com sede em Porto Alegre.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

Temos a honra de encaminhar a esta Casa de Leis o projeto de utilidade pública ao Montepio dos Servidores Municipais do Brasil, sociedade de fins beneficentes, já em franca atividade em nosso Estado, tendo sua sede em Porto Alegre, conforme se constata essa justificativa pela documentação apresentada do dossier anexo.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1975.

a) HÉLIO MANFRINATO

O SR. NELSON BUFFARA — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificar se há quorum para o prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e determina ao Sr. 2º Secretário que proceda a chamada nominal.

— (É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada 28 Srs. Deputados. Há quorum para o prosseguimento da sessão.

Finda a leitura do expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelelino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a este Pequeno Expediente, usar da tribuna, primeiramente para lembrar que hoje é uma data marcada por significativo acontecimento na história do povo brasileiro.

Primeiro Rui Barbosa e que haverá oportunidade de ser abordado pela liderança. Segundo, no sentido de requerer seja consignado um voto de regozijo pela passagem do "Dia do Rádio Amador" que se comemora nesta data.

Quero justificar este requerimento dizendo que a data é comemorada em todo o território nacional como sendo o "Dia do Rádio Amador". Para nosso júbilo, o patrono desta laboriosa classe. Lívio Moreira. (Lê):

Senhor Presidente.

O Deputado que este subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente requer após ouvido o plenário desta Casa, seja consignado um voto de regozijo pela passagem do "Dia do Radioamador", que se comemora nesta data, enviando-se cópia do presente à Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão (LABRE), sediada nesta Capital.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Comemora-se nesta data em todo o território nacional, o "Dia do Radioamador".

Para nosso júbilo, o patrono desta classe, LÍVIO MOREIRA, nasceu no Paraná, sendo o primeiro brasileiro a falar pelo seu transmissor, localizado no Alto de São Francisco, nesta Capital, com seu colega da tradicional família Luz, que mantinha seu posto de escuta no bairro do Bigorilho, de onde acenava, dando conta de que recebera sua primeira mensagem.

O radioamadorismo considerado, às vezes, como passatempo, se constitui, na realidade, em relevante serviço de utilidade pública.

O radioamador trabalha sempre prazerosamente e sem receber qualquer recompensa de ordem financeira, preocupando-se, incessantemente, em dar toda a assistência dentro do que estiver ao seu alcance, à comunidade.

Sua voz pedindo auxílio, transmitindo alegria, ou comunicando um fato triste, chega aos lugares mais distantes.

Possivelmente o mister mais importante desta laboriosa classe, seja promover a confraternização universal, pois está diuturnamente trabalhando no mundo todo, sendo que no Brasil existem 18.000 radioamadores, e somente no Paraná operam 1.500 deles.

Enobecedor é o serviço do radioamadorismo, pois esclarece o Decreto 74.810, de 4 de novembro de 1974, que "tem por finalidade o treinamento próprio, a comunicação e investigações técnicas levadas a efeito por amadores devidamente autorizados, interessados na radiotécnica, unicamente a título pessoal e que não visem qualquer objetivo pecuniário e comercial".

Pioneiro nessa honrosa ocupação, o paranaense vem se destacando na prática, sendo que muitos deles, como é o caso do PY-5-GP Naval Corona, e do PY-5-OE, Arley Vieira de Almeida, agraciados com medalhas de Honra ao Mérito pelos relevantes serviços prestados junto ao Projeto Rondon.

A QAP - Patrulha da Madrugada, comandada pela radioamadora Jocil Ribas, destaca-se junto ao QAP do Lions Club, único no mundo com prefixo próprio, como motivo de orgulho de nossos conterrâneos.

A entidade representativa da classe - LABRE - em nosso Estado é rigidada pelos Srs. Luis Adamião Pereira e Izoulet Cortes, sendo que este último, juntamente com outros colegas, estão ativos na faixa de 2 metros, com objetivo de consolidá-la.

O motivo de nosso júbilo é duplo, pois, nesta mesma data o Sr. Diretor Regional do DENTEL em Curitiba, está comunicando que o Brasil, dentre 47 países participantes do concurso "Dia Mundial das Telecomunicações" realizado pela UIT conquistou o tricampeonato, ficando em posse definitivamente do troféu alusivo, o qual ficará na Liga de Amadores Brasileiros da Rádio Emissão - LABRE".

Era só Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho, segundo orador inscrito.

O SR. MUGGIATI FILHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sintetizando homenagem a data de hoje, aniversário do insigne Rui Barbosa, encaminhamos à Mesa, requerimento que passamos a ler. (Lê):

"Senhor Presidente.

Há precisamente 125 anos nasceu Rui Barbosa, hoje um símbolo nacional do político, do advogado, do jornalista, que merece o respeito e admiração de todos os povos, que almejam e lutam pela Democracia, Liberdade e pelo Direito.

Seus conceitos são, hoje, tão atuais como ontem, quando eram por demais avançados, a ponto de lhe terem valido derrota eleitoral, resultante então, do choque que se travou entre o liberalismo político e a democracia social, da qual, nas palavras do prof. Pinto Ferreira era Rui "O paladino e o cavaleiro andante e daí a grandeza épica de sua conferência em 20 de março de 1910, no "Teatro Lírico", dedicada às classes trabalhadoras, na qual apresenta e defende um plano de reformas para as massas populares a consubstanciar-se no direito trabalhista".

A expressão democracia social foi, aliás, Rui quem primeiro a divulgou, possuindo conteúdo cristão e liberal, sintetizando sua pregação no "nivelamento crescente das distinções de classe entre os homens" e na santificação das criaturas pelo trabalho.

Seus conceitos sobre liberdade, sem a qual não pode existir regime verdadeiramente democrático nem Estado de Direito, tornam-se cada dia mais preciosos, como se vê neste trecho de seu escrito:

"Sem liberdade, senhores, não há ciência, letras, nem artes.

Fora da liberdade, não sonhe ninguém a verdadeira prosperidade, material e intelectual. Vos os buscais na terra, amanhã com devoção, os tesouros que vos oculta o seu seio inexaurível, não acrediteis que o trabalho possa medrar sua virilidade no cativeiro, onde o torrão que se ara com amor se encrava nos desertos estéréis da escravidão. Vós os que vos tendes entregado as artes, letras, ciências, não esqueçais que de todas elas a mãe é a liberdade, e que sem esta o desenvolvimento daquelas é uma quimera fatal".

Ou nestas razões em que ele dá ao "habeas corpus" o verdadeiro sentido de sua imprescindibilidade para o equilíbrio da própria Sociedade:

"O paciente pode não requerer a liberdade; pode, resignado ou indignado, desprezá-la; pode até, por um desvario, rejeitá-la. É indifente. A liberdade não entra no patrimônio particular como as coisas que estão no comércio, que se dão, trocam, vendem ou compram; é um verdadeiro condomínio social, todos o desfrutam, sem que ninguém o possa alienar: e se o indivíduo degenerado, a repudia, a comunhão vigilante a reivindica".

E conclui Rui:

"Solicitando, pois, este "habeas-corpus", eu propugno, na liberdade dos ofendidos, a minha própria liberdade; não patrocino um interesse privado, a sorte de clientes: advogo a minha própria causa da sociedade, lesada no seu tesouro coletivo, a causa impessoal do direito supremo, representada na impersonalidade deste remédio judicial".

Neste primeiro ano de funcionamento deste plenário, cuja imponência se frutifica plenamente para acolher e manter vivos tais princípios, parece-nos justo que se concretize nesta Augusta Assembléia uma homenagem ao grande e imortal brasileiro, dos legisladores paranaenses".

Sugerimos à Comissão Executiva, com aprovação do plenário, que se denomine RUI BARBOSA o Auditório deste Palácio, colocando seu busto no saguão deste plenário, em homenagem que lhe deverá ser prestada por ocasião do 52º aniversário morte, em 1º de março de 1976.

Sala das Sessões, em 5 de novembro de 1975".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Depois dos disse não disse do Senador Leite Chaves, em que acabou por tecer elogios às Forças Armadas, entendi muito oportuno focalizar desta tribuna, editorial de ontem do jornal "Diário da Tarde", de São Paulo, onde diz o jornal "o pior momento da crise política criada em São Paulo já passou. Muitos temiam que os acontecimentos que culminaram na morte do jornalista Wladimir Herzog levassem o País a uma tensão insuportável, capaz de produzir um confronto político no qual o próprio Governo Federal fosse envolvido e ameaçado. A visita do Presidente Geisel à capital paulista, no fim de semana, contribuiu para reduzir consideravelmente o nervosismo e a tensão. Mais do que isto, mostrou justamente o contrário do que se temia: o Presidente voltou fortalecido à Brasília, e as forças interessadas, à direita e à esquerda, em que a crise prosseguisse sofreram uma grande derrota.

Se é possível dizer de uma tragédia, como a da morte do jornalista, que teve algo de positivo, esse saldo deverá ser encontrado sem dúvida, no seu aspecto político. Todos sabem que a tensão começou artificialmente em São Paulo, seguida de uma série de prisões que davam a entender que vivíamos um clima de dilaceramento social e de quebra de ordem. Não faltaram os que compararam a situação atual à 1968, quando a progressão da agitação nacional levou rapidamente a edição do AI-5, ao fechamento do Congresso e à morte temporária de quaisquer esperanças de democratização do País.

Os que defendem ou defenderam essa tese, nas duas últi-

mas semanas, sabiam do que estavam falando e em nome de quem falavam: propunham, afinal, o regressivo fechamento do horizonte político nacional.

Essa tese, que tem sido a tecla em que batem e rebatem os grupos exterministas de todas as cores, equivale a sugerir a supressão da política, ou pelo menos a sua redução a um nível mínimo que só foi encontrado no período do governo revolucionário anterior. Essa é uma solução regressiva e perigosa, ainda que os seus defensores não se dêem conta disso. É uma proposta negativa, no sentido de que não indica nenhum plano ou modelo institucional que estabilize a Revolução e que solucione os conflitos gerados pela atual crise econômica e social.

Hoje, a situação é outra. Viabilizar um modelo político e institucional não é luxo dispensável nos períodos de crise. Ao contrário, é uma necessidade. Os espíritos simples, mesmo quando são levados pela boa fé, não reconhecem que este é um momento de se encontrar uma solução política destinada, como disse recentemente o Presidente Geisel, a reduzir as tensões sempre renovadas na sociedade.

A tese da solução de força, de fechamento político do regime, tem defensores significativos. Não se pode duvidar da boa fé dessas pessoas, quando sua intenção é a mesma de todos os que defendem a Revolução de 64 — pretendem a sua manutenção. Mas estão equivocados quanto aos meios para se atingir esse objetivo, que também é a meta dos nossos jornais. O que não percebem é que não estamos na mesma fase pela qual passou a sociedade em 68 e nos anos seguintes. Não notam que sua solução é anacrônica.

Ainda há, felizmente, os que estão acordados para essa questão. O próprio Presidente da Câmara é um dos líderes da Arena, o insuspeito Deputado Célio Borja, que recentemente havia exagerado no seu zelo defensivo da Revolução, acaba de chamar a atenção para o fato de que o momento exige equilíbrio e moderação, as únicas qualidades compatíveis com uma solução política e democrática. Negou que estejamos numa fase semelhante ao confronto de 68, dizendo na Câmara: “é uma visão deformada, possivelmente de boa fé, produto de excitação, uma situação que nada tem a ver com o clima que reinava no País em 1968”.

Mesmo acreditando, como o Deputado Célio Borja, na boa fé dos que colaboraram para estimular a crise artificial das últimas semanas, não há dúvida de que muitas dessas pessoas quase chegaram a uma situação a um ponto em que o retorno talvez não fosse mais possível. De certo modo, isso foi evitado em virtude do caráter dramático e eticamente inaceitável que assumiram os acontecimentos, quando da morte do jornalista Wladimir Herzog.

De repente, a progressão dos acontecimentos, que ia na direção de uma pressão contra o governo do Presidente Geisel, teve de ser bruscamente contida. O impacto causado pela morte suspendeu a crise, ao mesmo tempo em que trouxe o risco de que algum dos lados envolvidos pudessem se precipitar numa ofensiva imprudente.

Houve, felizmente, um recuo tático.

A tensão, a crise e o desenlace aparente só indicaram, ainda mais, o perigo das soluções que não levam em conta a necessidade de uma legitimação política e institucional da Revolução de 64. Houve uma vitória inegável do Presidente Geisel em tudo isso, pois ele tem sido justamente aquele que, bem ou mal, defende a idéia de que a Revolução precisa de política, e de boa política”.

Apenas isto, Sr. Presidente, pela importância do editorial, ainda mais em se tratando de um dos jornais mais expressivos da capital paulista.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, quarto orador inscrito.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Acabamos de chegar da região norte do Estado. Com a chegada da geada, os trabalhos rurais, os sitiantes, os fazendeiros,

os colonos, percentistas aproveitando a terra jogaram nela o feijão, milho e outros cereais. O feijão que há 4 meses atrás, ou, antes da geada, estava na casa dos 300 a 350 cruzeiros, com a grande colheita, que se avizinha, alguns lavradores já colhendo, eis que de 15 dias para cá, o preço do feijão caiu de 350 para 90, 80 cruzeiros a saca.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não adianta, ao que me parece, o lavrador se esforçar, preparar a terra, buscar financiamentos e, na hora de colher o produto, eis que de súbito o preço cai, de 350 para 100, 90 e até 80 cruzeiros a saca.

Sr. Presidente, conversando com lavradores de nossa região pediram-me que fizesse pronunciamento nesta Casa, nesse sentido, e tende ainda a baixar mais, o preço deste principal produto.

O que nós pedimos e queremos, é que não aconteça, que não haja uma desvalorização tamanha, já na próxima safra. O lavrador deixa de plantar o feijão por falta de preço, e, o que irá acontecer é que o Estado do Paraná, tão rico, seja obrigado a buscar arroz no Uruguai, como já o vem fazendo. E nós sentimos bastante, Sr. Presidente, que isto possa acontecer em nossa região, neste Estado, que é sem dúvida alguma um dos maiores Estados da Federação, na agricultura.

E nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaríamos também de falar a respeito do milho.

Os nossos lavradores que tiveram seus cafezais queimados pela geada, aproveitando melhor a terra plantaram o milho, eis que o Governo promete pagar de 46 a 48 cruzeiros a saca, preço muito bom. E o Paraná, segundo estimativa da própria Secretaria da Agricultura, nunca irá colher tanto milho quanto este ano de 76, que se avizinha.

O que nós pretendemos, Sr. Presidente, neste pronunciamento, é chamar a atenção da Secretaria da Agricultura — e aqui se encontra nesta Casa o assessor parlamentar do Secretário da Agricultura, Sr. Ermiro Barbosa — e gostaria que V. Exa. levasse ao Sr. Secretário os reclamos, as reivindicações dos lavradores do nosso querido Estado do Paraná, para que não vá acontecer com o milho, o que está acontecendo com o feijão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é necessário que a Secretaria de Agricultura tome as providências devidas, porque se não houver um preço bom para o nosso milho, para este cereal, por certo teremos que buscar através de importação, para resolver o problema deste produto de nossa terra, teremos que buscá-lo em outras terras.

São estas minhas palavras e meu muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk — (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi. — (Declina).

Nesta oportunidade, o Sr. 2º Secretário fará a leitura da resposta da Comissão Executiva aos requerimentos reiterados, feitos pelo Deputado Lúcio Machado, quanto à questão do restaurante da Assembléia.

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê):

“Em resposta às informações formuladas pelo nobre Deputado Benedito Lúcio Machado, em requerimento de 13 de outubro de 1975, e protocolado sob número 10.460, a Comissão Executiva, por seu Presidente, esclarece:

I — Os serviços de bar e restaurante desta Assembléia, vem sendo explorado pela Liga das Sras. Católicas de Curitiba, cuja renda é destinada à manutenção de várias instituições de caridade e assistenciais, pela mesma Liga mantidas;

II — Tendo em vista o caráter filantrópico da Liga das Senhoras Católicas de Curitiba, a mesma não vem efetuando qualquer tipo ou forma de pagamento a esta Assembléia, no tocante ao consumo de água, luz e força;

III — Idêntica situação se verifica quanto a aluguel e outras taxas;

IV — A limpeza e manutenção do local destinado ao bar e restaurante é feito pelo serviço próprio desta Casa, não importando, por via de consequência, em despesa à Liga das Senhoras Católicas de Curitiba;

V — Por não ser uma entidade ou firma comercial, a Liga das Senhoras Católicas de Curitiba não está sujeita a tabela elaborada pela SUNAB;

VI — Os preços dos alimentos serviços pelo restaurante sofreram um aumento em atendimento a uma proposição feita à Comissão Executiva, pelo Exmo. Deputado Mauricio Fruet, Segundo Secretário desta Assembléia, visando com isto conseguir um melhor padrão de atendimento e higiene, bem como uma maior quantidade e melhor qualidade dos mesmos alimentos. Na verdade o percentual de aumento não atingiu 60 por cento, mas sim 40 por cento, isto somente com relação ao prato do dia, visto que anteriormente aquele prato era cobrado à razão de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) e atualmente está sendo cobrado Cr\$ 14,00 (quatorze cruzeiros); quanto ao prato comercial anteriormente cobrado à razão de Cr\$ 8,00, está sendo cobrado hoje, Cr\$ 9,00. Há que se acrescentar, ainda, que foi criado um prato denominado "sortido" cobrado à razão de Cr\$ 7,00, prato este em substituição a outro semelhante anteriormente servido.

Quanto aos preços dos produtos do bar, sofreram todos, uma redução variando entre 20 por cento e 30 por cento, como por exemplo, café pingado que era cobrado Cr\$ 1,30, sofreu uma redução para Cr\$ 1,00; cafezinho de Cr\$ 1,00 para Cr\$ 0,70; pastel Cr\$ 1,50 para Cr\$ 1,30; o refrigerante de Cr\$ 1,20 para Cr\$ 1,00".

TABELA DE PREÇOS DA CANTINA E RESTAURANTE

Prato do Dia	Cr\$ 14,00
Bife Completo	Cr\$ 11,50
Bife à Cavalo	Cr\$ 13,00
Bife Simples	Cr\$ 10,00
Sortido	Cr\$ 7,00
Comercial	Cr\$ 9,00
Feijoada	Cr\$ 18,00
Sobremesa	Cr\$ 3,00

REPETIÇÃO

Ovo	Cr\$ 0,80
Bife	Cr\$ 3,00
Salada	Cr\$ 2,00
Feijão	Cr\$ 2,00
Arroz	Cr\$ 1,60

PEDIDOS EXTRAS

Ovo	Cr\$ 1,50
Bife	Cr\$ 5,00
Salada	Cr\$ 3,00
Arroz	Cr\$ 2,50
Feijão	Cr\$ 2,50

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto que nos traz à tribuna é um assunto que muito nos tem preocupado, assim como a todos desta Casa e também o Sr. Ministro no Trabalho. Trata-se do problema que estamos enfrentando principalmente no interior do Paraná, mais notadamente no Norte Pioneiro do Estado, sofrendo os efeitos das geadas e depois de uma seca prolongada, com o desemprego de nossos homens que trabalham na roça, principalmente agora em

que estamos entrando na casa dos trinta dias, após os vencimentos de contratos de parceria, arrendamento, etc.

E nestas condições, inclusive bastante emocionado, vou ler um documento que elaboramos no dia 27 de outubro deste ano ao Sr. Ministro do Trabalho. Digo emocionado porque provavelmente será o último documento que terei o prazer e o privilégio de assinar como Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais de nosso Estado, pois já existe edital de convocação para a escolha da nova Diretoria e provavelmente estaremos afastados da Presidência que há onze anos temos a honra de ocupar, em um movimento sindicalista que há quinze anos fazemos no Estado do Paraná.

O SR. NELSON BUFFARA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Lázaro Dumont, eu que o conheço há vários anos nesta Casa Legislativa, tenho acompanhado sua luta em favor da Federação da qual é hoje Presidente e já nos últimos dias de sua gestão.

Quero cumprimentá-lo neste instante, porque a luta que V. Exa. desenvolveu nesta Casa em favor de seus sindicalizados, foi digna dos maiores elogios e encômios. Lamento que V. Exa. não continue na Presidência da Federação, porque tenho certeza, de que por mais feliz que seja a escolha do homem que deverá dirigi-la, será difícil suplantá-lo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. LÁZARO DUMONT — Muito obrigado e suas palavras muito nos honram.

Se fomos um sindicalista deputado e não um deputado sindicalista, continuaremos com o mesmo espírito sempre voltado para estes homens que são a causa de todas as nossas realizações.

Vou ler o documento:

"Excelentíssimo Senhor Ministro:

Estamos certos de cumprir com o dever a nós imposto pelo cargo que ocupamos diante da Entidade de classe ligada à agricultura de nosso Estado, ao levar a V. Exa. mais uma vez, um espelho da situação dramática gerada por fenômenos meteorológicos que se abateram sobre suas terras, destruindo praticamente, toda a sua agricultura, especialmente os cafezais.

A primeira reação dos meios cafeeiros, até certo ponto natural, foi a determinação melancólica no sentido de se proceder uma diversificação total, substituindo os catezais por culturas que levam a propriedade rural a uma estrutura distinta, particularmente quanto ao seu contingente de mão de obra.

O fenômeno, a princípio, foi assinado por uma série de fatores, que levaram aos meios cafeeiros um certo alento.

Em primeiro lugar, na época da geada destruidora, foi salva a atual safra de café, AINDA POR COLHER. Este fato obrigou o fazendeiro a manter a seus serviços considerável contingente de mão de obra, necessário para a colheita. Ora, à medida que a colheita dos frutos foi terminando, com ela terminou também a necessidade daqueles trabalhadores que são despedidos. Outra circunstância que mascarou bastante a situação, foi igualmente, a necessidade de mão de obra para a preparação da terra destinada a mecanização, no caso de diversificação de lavouras.

Os cafezais destruídos pelas geadas tornaram-se galhos secos que devem ser tirados da terra pelos mais diversos processos. Após seu corte, a fim de que a mesma possa receber o necessário preparo mecânico, que a torna apta a outras culturas (soja, trigo, pastagens, etc).

Ora, este processo passou a ocorrer a partir das geadas, e por isso, grande contingente de trabalhadores foram mantidos nas fazendas com o objetivo de realizar esta operação, visando a entrada das máquinas. Terminada a mesma, o homem vai sendo em grandes massas substituídos pela esteira do trator.

Um terceiro alento, talvez o mais alentador, foi o grande interesse demonstrado pelos meios oficiais, profundamente sensibilizados pelas consequências do fenômeno, no sentido de colocar

o HOMEM como meta principal, para que fosse vitado o mal maior (êxodo rural, desemprego, etc). Mas esta preocupação do Presidente da República e, especialmente de V. Exa. que, alarmado com a situação, esteve em visita ao nosso Estado, observando as regiões atingidas não sabemos por qual motivo, quando chegou a hora da execução, em que o chamado segundo escalão, deveria agir (IBC, ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO, etc), estes, motivados por uma demora injustificável, foram talvez os maiores culpados pela atual situação de desemprego.

Ora, os fatos, a realidade, nos obrigam à absoluta franqueza.

Os setores responsáveis pela medidas a serem tomadas com caráter de urgência, não se capacitaram dos dois evidentemente fenômenos por nós mencionados e que estão ainda em processo de desenvolvimento; término de colheita e preparo das terras para mecanização visando outras culturas. Como não ocorreu o desemprego em massa imediatamente após a geada, com destruição dos cafezais, com toda certeza julgaram alarmistas as ponderações a respeito das desastrosas consequências sociais, que fatalmente adviriam. Essa consequência apontada tornara-se então a atual e está se agravando sobremaneira, diante da realidade dolorosa para aqueles que acreditaram nos "CRÉDITOS MORTUOS" destinados à recuperação da lavoura. Estamos assistindo a uma burocratização desestimuladora por parte dos setores creditícios que oferecem base financeira, é verdade, mas muito aquém das expectativas e das necessidades; a percentagem do crédito disponível em relação ao volume de lavoura a ser recuperada é irrisório, insignificante.

Pouquíssimos agricultores podem, com seus próprios recursos, substituir o crédito que lhes é negado. Em consequência, dos seiscentos milhões de pés de café que se pretendia recuperar um fazendeiro por exemplo, avista do irrisório crédito percentual, abandona a idéia e busca outra atividade, despedindo grande contingente humano de trabalhadores com suas famílias.

Os jornais estampam, diariamente, o trágico quadro - e nós anexamos vários desses exemplares para conhecimento de V. Exa. Os centros maiores estão se tornando dia a dia maiores centros de desocupados, trabalhadores aptos para a sua atividade, lavradores com total capacidade para o trabalho, em busca deste, que nunca encontram, porque não há mais trabalho. O café está colhido, a terra ficou preparada para a entrada do trator. . . ninguém precisa mais da enxada.

A miséria, a criminalidade em todas as suas formas conseqüentes da desocupação, do desamparo, da fome; a prostituição, como forma de subsistência, passou a imperar, a se avolumar dia a dia, hora a hora, nesses centros como Curitiba, Londrina, Maringá, Umuarama, Jacarezinho, Paranavai.

A repressão policial é a reação mais imediata da sociedade, gerando brutalidade e revolta, em grau mais agudo.

Mas não é a solução.

O nosso apelo, Exmo. Sr. Ministro, diante deste quadro bem claro é evidente, que agora se manifesta, como consequência imediata da geada, mas perfeitamente previsto e visualizado quando aquela ocorreu, é no sentido de que o Poder Central coloque imediatamente em prática aquelas providências então preconizadas, especialmente no setor creditício, para que volte a existir trabalho no Paraná, e o homem retorne ao lugar que a sociedade lhe reservou na agricultura, produzindo para esta mesma sociedade, como seu elemento útil, ao invés de preocupá-la com uma ameaça a sua estrutura, a sua paz.

Na certeza de contarmos com o elevado espírito de justiça de que é dotado V. Exa., externamos os mais profundos votos de real consideração e distinguido apreço".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a leitura deste documento que fizemos foi uma introdução a um requerimento que estamos endereçando, se aprovado por esta Casa, ao Sr. Ministro da Agricultura, ao Sr. Ministro da Fazenda e ao Sr. Presidente do Banco Central. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, depois de ouvido o plenário, REQUER seja encaminhado apelo aos Exmos. Srs. Ministro da Fazenda, Dr. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN; Ministro da Agricultura, Dr. ALYSSON PAULINELLI e Presidente do Banco Central, Dr. PAULO HORTÊNCIO PEREIRA LIRA, no sentido de estender os benefícios da Lei 5969, de 11 de dezembro de 1973, que criou o PROAGRO, também aos financiamentos para a lavoura cafeeira

JUSTIFICATIVA:

Com referência às declarações do Presidente do Banco do Brasil, S/A, Sr. ÂNGELO CALMON DE SÁ, feitas em 28 de outubro na cidade de Curitiba, de que, considerando o café como cultura perene, não será o mesmo amparado pelos benefícios implantados através o PROAGRO, convém argumentar:

O PROAGRO promove o seguro de 80 por cento do crédito utilizado pelo mutuário rural, que cultiva ou exerce atividades em culturas anuais e não representa, portanto, um seguro de safra agrícola;

Embora sendo cultura de longo ciclo, o cafeeiro exige operações que representam despesas anuais, que são amplamente financiáveis e financiadas pela rede bancária nacional. Assim, no caso da cafeicultura, o PROAGRO poderá funcionar em idênticas condições ao do setor de financiamento das culturas anuais.

Representando um investimento, a formação de lavoura cafeeira deveria, também, ter a cobertura do PROAGRO, a exemplo das operações de financiamento de investimentos outros:

Quando, ainda, a afirmativa de que não será possível implantar o seguro total para o café plantado em áreas sujeitas à geada, insistimos na solicitação de que o Governo deva promover e definir um detalhado zoneamento da cafeicultura nacional.

E, para encerrar Sr. Presidente, queremos contradizer aqueles que desejam por todos os meios transferir o café do Estado do Paraná para outras regiões, apresentando alguns dados muito significativos:

PRODUÇÃO CAFEIEIRA:

20 últimos anos:

Produção brasileira:	467.269.000
Produção paranaense:	207.947.000 - 44,05 por cento.

15 últimos anos:

Produção brasileira:	332.321.000
Produção paranaense:	157.437.000 - 47,38 por cento

10 últimos anos:

Produção brasileira:	188.766.000
Produção paranaense:	84.000.000 - 44,54 por cento

Somente estes dados já são capazes de mostrar a capacidade de produção, e recuperação do Paraná, a tal ponto que chegamos mesmo a afirmar que a geada, evidentemente, destrói os nossos cafezais mas, é certo também que revigora a têmpera dos paranaenses.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1975".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um outro detalhe que nós gostaríamos de trazer ao conhecimento desta Casa, é que ouvi várias palestras neste sentido, pelos canais de televisão, que o IBC, o Instituto Brasileiro do Café, apregoava que dentro das normas técnicas ou modernas do IBC, um cafeeiro que, tecnicamente, obedecesse ou seguisse as ordens do IBC, teria como média, dentro do sistema leide, nos três mil pés de café que poderia plantar em um alqueire de terra, uma média de 200 sacos do café em coco. Hoje o preço do café no Norte do Paraná, mais especialmente em Londrina e Maringá, é à média de 200 cruzeiros. Multiplicando por 200 teríamos, num

alqueire de café produzido, uma média de 44 milhões de cruzeiros bruto.

Num alqueire de trigo, numa safra razoável, teríamos uma média de 80 sacas por alqueire. Um alqueire de soja, ou neste mesmo alqueire fosse plantado posterior ao trigo o soja, teríamos uma média otimista de 120 sacas de soja, totalizando soja e trigo 200 sacas por alqueire,

Calculando uma média de 100 cruzeiros, oxalá que no ano que vem o trigo e a soja alcancem 100 cruzeiros em média, teríamos uma produção de 20 mil cruzeiros por alqueire numa lavoura em substituição ao café, por soja e trigo.

Há quem diga que o soja e o trigo não teria a despesa de mão de obra que se tem com o café. Em compensação o café tem a condição de fixar e de dar garantia ao homem na zona rural. Por outro lado, se o café dá uma mão de obra maior, também é verdade que o café não ocupa no seu cultivo máquinas de 20, 300 ou até 400 mil cruzeiros para se fazer uma colheita que é necessária para o trigo e o soja. Sendo que o maior tempo dessas máquinas é ocioso dentro da propriedade.

Para se reforçar ainda mais, queremos ler um trecho da palestra que o Sr. Governador do Estado do Paraná, Jayme Canet fez há pouco tempo, quando foi convidado a falar aos membros da Escola Superior de Guerra aqui em Curitiba. Sobre este assunto, assim ele se expressou:

"Além de gerar o desemprego, a rentabilidade da lavoura será menor, o que acarretará prejuízo ao orçamento interno do Estado, em caso de erradicação maciça dos cafezais. Suponhamos que 20 por cento da área antes ocupada por cafeeiros, fossem destinados à lavoura branca, teríamos por exemplo, neste caso, uma área de 200 mil hectares, desocupada pelo café, ocupada em 10 por cento pelo algodão, 20 por cento pelo arroz, 10 por cento pelo feijão, 15 por cento pelo milho, 35 por cento pelo soja e 10 por cento por pastagens, com um excesso, hipótese remota, mas que não deve ser abandonada, o número de excedentes atingiria a casa de 152.807 trabalhadores. Estes trabalhadores volantes, conhecidos como "bóias-frias", na maioria diaristas, iriam, por seu desemprego em massa, acarretar uma sobrecarga negativa ao mercado de trabalho urbano, embora sejam capacitados para tal. Sua ida à cidade significaria novas pressões sobre a oferta e, consequentemente, sobre os salários dos trabalhadores urbanos.

Ressaltou ainda o Chefe do Executivo paranaense, aos membros da Escola Superior de Guerra que, a maior absorção de mão de obra tem reflexos na geração de salários, no aumento e distribuição do poder de compra e no fortalecimento da economia de uma região".

Nestas condições, Srs. Deputados, é que nós estamos pleiteando que se estenda à cafeicultura também, o PROAGRO. E ainda contradizendo as palavras do Dr. Pedro Calmon, de que o PROAGRO não poderia servir ao Paraná para atender a cafeicultura porque o Paraná está sujeito a geadas — Se o café está sujeito a geadas, o PROAGRO igualmente também, e já que se fala tanto em contrato de risco hoje, o PROAGRO é um contrato de risco, também o trigo não deveria ter o PROAGRO porque os dados estatísticos estão aí; o Paraná realmente passou a produzir trigo de 72 para cá, porque até 1971 a safra de produção era muito baixa; em 72, pelas lavouras cultivadas pelas sementes lançadas ao chão, previa-se no Paraná, uma colheita de 400.000 toneladas de trigo — o Paraná colheu somente 80.000 toneladas, tendo uma frustração na sua safra, de 80 por cento. Em 75, esta safra que nós estamos acabando de viver, o Paraná previa — dados fornecidos recentemente pela Secretaria da Agricultura e que eu inclusive li na tribuna — previa uma produção de 1 milhão e 506 mil toneladas de trigo — colheu somente 545.000 toneladas, com um prejuízo de sua safra, de 61 por cento.

Então, se o Banco do Brasil fosse verificar lavouras que estão sujeitas ao problema climático, nem o trigo mereceria o amparo do PROAGRO, e não é só no Paraná não. Em 1972, a lavoura tritícola no Rio Grande do Sul, teve uma perda na sua pro-

dução de 75 por cento no total que deveria ser colhido. Portanto, nós achamos injustificável as palavras do Presidente do Banco do Brasil, no dia 28 do mês passado, na sede da Federação Agrícola deste Estado, quando se dizia que o Paraná, pelas suas condições climáticas não teria as condições de ter sua lavoura, seu café, protegido pela Lei 59/69, que dá a proteção especificamente à lavoura do trigo e do soja propriamente mais dito.

E outra coisa que também o Presidente do Banco do Brasil fez uma certa confusão — de que, o PROAGRO, ele não protege a safra e sim exclusivamente o cafeicultor, e provisoriamente. Nós estamos pedindo também ao café, uma segurança do cafeicultor, porque durante o ano é comum o cafeicultor tirar para a sua lavoura, de café 2 ou 3 financiamentos, seja para adubação, seja para fungicida no combate à ferrugem ou seja propriamente dito, um financiamento em época de safra, para garantir o pagamento enquanto se faz a colheita, aos trabalhadores que fazem a colheita do café.

Então nós pediríamos aos Srs. Deputados, o acatamento deste nosso requerimento, para que os homens que cuidam do setor de crédito e de proteção a este mesmo crédito no Brasil, dêem um amparo à cafeicultura, que tanto necessita de amparo. Para encerrar, queremos fazer justiça.

Este documento que acabamos de ler e que foi enviado ao Sr. Ministro do Trabalho, Dr. Arnaldo Prieto, foi elaborado pela Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná, mas que foi também assinado pela Federação da Agricultura.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Somente para fazer um comentário a seu pronunciamento que julgo bastante oportuno e com o conhecimento que V. Exa. tem da matéria.

Nós lemos hoje em manchete na "Folha de Londrina", a propósito da liberação dos primeiros financiamentos para o café da última geada de julho. V. Exa. sabe que também foi um dos homens que batalhou através de pronunciamentos desta Casa, requerimentos reiterados solicitando a agilização dos processos do Banco do Brasil e do IBC em relação a cafés geados, uma vez que o Sr. Presidente da República já havia anunciado no início de agosto a verba, a importância necessária que seria destinada à cafeicultura brasileira e especialmente no Paraná, mais atingido, de oito bilhões de cruzeiros e nós reclamávamos e V. Exa. também, da falta de rapidez com que estes dois órgãos fizeram com que os cafeicultores do Estado passassem e passem as maiores dificuldades. O assunto não é específico ao trigo e soja, mas serve de subsídio. Não é possível que o cafeicultor passe por tantas dificuldades. Só agora V. Exa. sabe disso, começam a sair os primeiros financiamentos do café que foi a mais de 4 meses do fato ocorrido e do pronunciamento do Presidente da República. Realmente é lamentável que se faça isto somente muito tempo depois, depois de dificuldades extremas passadas especificamente pelos cafeicultores do Paraná. Eu alio a V. Exa. no seu comentário crítico e dou total apoio, porque é um absurdo que não tenhamos condições do PROAGRO cobrir os riscos do café, sem garantir o Banco do Brasil, através de financiamentos que fazem aos agricultores.

Era este comentário que me cumpria levar a V. Exa. por este seu pronunciamento na tarde de hoje.

O SR. LÁZARO DUMONT — Eu agradeço.

O SR. DÁCIO LEONEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Prezado Deputado Lázaro Dumont, inicialmente permitame parabenizá-lo pelo pronunciamento desta tarde, pela importância do assunto abordado e gostaria, Sr. Deputado, lembrando-me do início de sua fala esta tarde, de testemunhar aqui a luta que V. Exa. vem desenvolvendo há muitos anos, desde o tempo em que o conhecemos ainda em Londrina, à frente da Federação o seu entusiasmo, seu amor à verdadeira causa do trabalhador

rural e temos acompanhado V. Exa. durante este tempo e temos sentido sua presença numa infinidade de municípios deste Paraná, sempre preocupado com o problema do trabalhador rural.

Ao ouvir o pronunciamento de V. Exa. em que dava conta a esta Casa de que está para se afastar da Presidência da FETAEP pela eleição do novo Presidente, devo hoje trazer a minha palavra dizendo que como homem público também tenho grande reconhecimento pelo expressivo trabalho que V. Exa. desenvolve à frente daquela Federação.

Permitiria-me ainda, Sr. Presidente, lembrar que ontem durante a sessão o eminente Deputado Lúcio Machado fez algumas alusões ao problema de assistência ao trabalhador rural e a certa altura S. Exa. afirmava que "os Sindicatos que são montados quase que nos quatro cantos deste País se propõem a não dar qualquer tipo de assistência ao trabalhador rural". E fazia uma pergunta sobre "qual a unidade sindical deste Estado que mantém ambulatório médico, ambulatório odontológico, que mantém assistência judiciária ao trabalhador rural".

Entendemos que V. Exa. poderia, pelos conhecimentos bastante valiosos que tem, nos trazer algumas luzes porque temos acompanhado muito o trabalho de V. Exa.

No próprio Município do qual somos candidatos, conhecemos aquele Hospital, trabalho de V. Exa. em Itarabana. E nos permitiríamos, junto com nossas congratulações e com nosso reconhecimento pelo trabalho de V. Exa., sem qualquer sentido de polêmica, pedir que nos desse a oportunidade de ser nosso porta-voz para esclarecimento de alguma coisa que tem sido feita em favor do trabalhador rural.

Obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Antes de responder a pergunta do Deputado Dácio Leonel, sobre a qual vou me estender bastante, perguntaria se mais alguém quer dar apartes.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, conhecemos perfeitamente a luta de V. Exa. pelo novo sistema de sindicalismo neste País e admiramos seu trabalho. Antes de conhecê-lo pessoalmente sabíamos de seu sacrifício e ontem quando denunciávamos da tribuna, conforme redenção que traz agora o ilustre Deputado de Londrina, fizemos questão de comprovar porque nossa região, permita-me dizer, a região norte pioneira do Paraná que é a região mais agrícola deste Estado composta de 25 municípios, em poucos deles não foram instalados os Sindicatos do Trabalhador Rural.

Pergunto a V. Exa. que assumiu esta alta responsabilidade de semear esta semente maravilhosa nos quatro cantos do Paraná num trabalho estafante, qual a unidade do Sindicato do Trabalhador Rural existente no Norte do Paraná que tem um ambulatório para assistência médica, qual o Sindicato que tem seu gabinete dentário para atender os homens que estão filiados a ele? Qual o Sindicato de minha região que tem assistência jurídica ao trabalhador rural?

A minha pergunta é simplesmente para afirmar que minha denúncia não eiva em absoluto em qualwuer falsidade, ela é absolutamente firmada em fatos e acontecimentos do que denunciemos. Porque nós acostumamos denunciar, aquilo que sabemos e temos certeza que ocorre.

Infelizmente nós sabemos, que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, aquele que V. Exa. tão brilhantemente dirigiu e vem dirigindo, naturalmente, nestes 11 anos não teve oportunidade de dar tudo o que necessitavam as unidades sindicais firmadas nos inúmeros municípios do Paraná, mas a forma firme e verdadeira de minha denúncia está caracterizada, a não ser que V. Exa. prove o contrário.

Era o aparte.

O SR. DACIO LEONEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para esclarecer a pergunta gostaria de informar a V. Exa. que quando me referi que o Sr. Deputado Lúcio Machado fez ontem da tribuna uma indagação usando a seguinte expressão: "Pergunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, qual a unidade sindical deste Estado, que mantém um ambulatório médico, que mantém um ambulatório dentário ou se mantém alguma assistência jurídica aos trabalhadores rurais". Eu o fiz baseado nas informações que se encontram no setor de taquigrafia.

Apenas para esclarecer.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Gostaria de dizer, na oportunidade, e que para mim é motivo de felicidade em saber quais as localidades que estão revestidas destas condições de assistência ao trabalhador rural.

O SR. LÁZARO DUMONT — Pediria, Sr. Presidente, que V. Exa. me comunicasse quando faltar cinco minutos para o término da minha oração.

E é com prazer que responderei às indagações do Deputado Lúcio Machado. Antes, permita-me fazer um minuto em retrospecto.

Como disse há pouco, na nossa vida sindical em najeiro do ano que vem nós completaremos 15 anos e por ser a primeira vez que com o trabalhador da Usina de Açúcar, tive o primeiro contato, o primeiro encontro, primeiro contato com um movimento sindical, através de palestras de dirigentes sindicais, e eu nunca poderia imaginar que fosse entrar para o sindicalismo, e muito menos que o sindicalismo por contingência me trouxesse com tanta honra à Assembléia Legislativa.

O Movimento Sindical do nosso Estado, nós realmente consideramos um movimento, que apesar de eu estar 11 anos na Federação, depois de 64 uma série de margens e contramargens, muito pouco tempo tivemos para o detalhar. Mas nós consideramos o movimento sindical somente de janeiro de 66 para cá, quando a Federação do Estado tinha organizado apenas oito sindicatos de trabalhadores rurais. Hoje, nós temos no Estado do Paraná, organizados 163 sindicatos de trabalhadores rurais, com um quadro associativos que está se aproximando de 500 mil trabalhadores sindicalizados, dando ao Paraná, não em número de sindicatos — porque o Rio Grande do Sul, possui um número muito mais expressivo — mas, em número de trabalhadores rurais, a liderança.

Com referência à localidades que temos sindicatos, não a Federação, mas sindicatos independentes, que mantêm convênio com o FUNRURAL, para atendimento médico e odontológicos, temos 140 sindicatos aptos para esse atendimento, mais em caráter de urgência e de consulta. E 125 sindicatos que mantêm, em suas sedes, gabinetes odontológicos, mais especificamente no Norte Pioneiro; temos sindicatos com ambulatórios médico e gabinete odontológico em Andirá, Ribeirão do Pinhal, Ribeirão Claro e Carlópolis.

Agora, com muitas dificuldades, e o nobre Deputado Lúcio Machado deve estar lembrado, que há questão de um ou dois meses, o procuramos e solicitamos sua colaboração para escolha de dirigentes do sindicato de Santo Antonio da Platina. E dizia a S. Exa. dessa dificuldade, talvez por causa do sistema de mão-de-obra que existe no Norte Pioneiro, não temos conseguido fazer o movimento sindicalista a exemplo do que encontramos no Sudoeste e no Oeste do Paraná.

Um outro aspecto que lembraria é que a parte de ambulatório médico e gabinete dentário, se torna mais fácil para o sindicato quando ele mantêm convênio com o FUNRURAL. E através desse convênio, fornece subsídios que variam de 4 a 8 mil cruzeiros, dependendo do número de trabalhadores rurais, para atendimento desses mesmos trabalhadores.

Um aspecto que lutamos com muita dificuldade, é o as-

pecto jurídico. Temos, no Estado do Paraná, mais de uma centena de advogados que atendem juridicamente, com seus trabalhos advocatícios, as causas dos trabalhadores rurais. E isso nos dá uma grande dificuldade, não propriamente as causas, mas os juizes do interior, que nem sempre entendem a legislação trabalhista rural. Temos aqui vários advogados com brilhantes causas trabalhistas, e eles mesmos sentem dificuldades quando têm diante de si um juiz que não sabe como julgar um contrato de parceria, um contrato de arrendamento, uma questão trabalhista.

Outro aspecto que faço questão de focalizar — mas não estou defendendo aqui o FUNRURAL, muito pelo contrário, eu estou no papel de órgão de reivindicação e não simplesmente como órgão de prestação de serviço, através de convênio.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica que faltam 5 minutos para terminar o Expediente.

O SR. LÁZARO DUMONT — Agradeço Sr. Presidente.

Mas queria trazer alguns dados e vou dizer: o Estado de São Paulo ocupa o primeiro lugar na arrecadação para o Funrural, num total de 1 bilhão, 450 milhões, 415 mil e 830 cruzeiros.

É bom ressaltar que dessa importância apenas 2 por cento da lavoura e somente 290 milhões, 295 mil, 647 cruzeiros, sendo que 1 milhão, 158 milhões e quebrados, provém do 2,4 que o empregador é obrigado a recolher, na folha de pagamento, sem o que o Funrural não teria condições de prestações de serviços assistenciais.

O segundo Estado é o Rio Grande do Sul, com uma arrecadação de 354 milhões de cruzeiros, com uma diferença de 1 bilhão e 100 mil cruzeiros. Em terceiro lugar, vem o Paraná, com uma arrecadação anual para os cofres do Funrural de 306 milhões, 801 mil e 322 cruzeiros. Esses 306 milhões de cruzeiros, a lavoura do Paraná, através de 2 por cento participa com 192 milhões, 8 mil e 20 cruzeiros. Para atendimento da rede hospitalar, ambulatorial e odontológica e também para atender 86 mil, 441 mil aposentados por velhice, 8.951 aposentados por invalidez, 11.917 pensões, 2.168 amparo previdencial, 437 auxílio funeral, num total de 110 mil pessoas atendidas. O Funrural dispensa mensalmente 29 milhões, 463 mil e 510 cruzeiros. Essas despesas que o Funrural dispensa será acrescida a partir de julho, para cá, com um aumento de mais de 20 por cento de subsídios que serão colocados à disposição dos hospitais e indústrias. Só o movimento sindical de trabalhadores mantém 23 hospitais funcionando no Paraná e o Funrural construiu 6 desses e equipou outros 6. Para muita alegria minha recebi uma comunicação que o pessoal do Funrural do Rio de Janeiro está visitando o Paraná para construir e equipar mais 8 hospitais em nosso Estado. Iria para milhões de cruzeiros, o que o Funrural dispensa, mensalmente, para pagamento desse benefício.

O Funrural recebe do Paraná, para pagar, 30 milhões de cruzeiros, que é o que está pagando atualmente, recebem do Estado, de nossa lavoura e indústria, 300 milhões de cruzeiros. Se multiplicarmos 30 por 12 teremos uma despesa de 360 milhões no Funrural, quando ele apenas recebe 306 milhões.

Encerrando nossas palavras, aos meus prezados amigos Deputados Lúcio Machado, Gabriel Sampaio e o primeiro Secretário Aguinaldo Pereira Lima, 3 Deputados que representam o Norte Pioneiro desse Estado, — também uma parcela ao Deputado Rosário Pitelli — o nosso apelo para que ajudem o trabalhador rural do Paraná, do Norte Pioneiro, pelo seu sindicato, porque somente com a ajuda dos senhores é que faremos lá no Norte pioneiro o mesmo movimento sindical que temos no Norte e Sudoeste do Paraná.

Tendo Sindicato lá, o trabalhador terá assistência.

Era só, muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hêlio Manfrinato, constante do Expediente. Está devidamente apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 92/75, que objetiva constituir, sob forma de empresa pública, a EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO PARANÁ — EMOPAR, vinculada à Secretaria de Estado da Administração e com destinação que especifica. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 26/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 109/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, objetivando pesquisa operacional sobre modelos de Atendimento ao Grupo Materno — Infantil a ser realizado em Curitiba. Pareceres favoráveis da CCJ, CF e CS. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 70/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 136/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Goioerê, objetivando elaboração e projeto de galerias de águas pluviais para obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 71/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 147/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, referente a trabalhos de promoção, Assistência e Fiscalização do Cooperativismo, visando seu desenvolvimento conforme aplicação de legislação que especifica. Parecer favorável da CCJ. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Antes de conceder a palavra ao Sr. Fidelelino Tolentino, a Mesa quer comunicar ao plenário que já se encontra na Assembléia o Dr. Arthur Andreoli, Presidente da COPEL, para fazer uma palestra, com áudio visual, no auditório da Assembléia, no andar térreo, tão logo termine a sessão plenária.

Com a palavra o Sr. Deputado Fidelelino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, embora já esteja em 3ª discussão os termos do convênio que o Governo do Estado, através da Mensagem nº 47/75, encaminha a este poder, para ser referendado. A mensagem diz o seguinte:

“O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado”.

O tratado, efetivamente, dá ao Estado do Paraná, de modo compulsivo, a obrigação de participar desse convênio para o cooperativismo da importância de 480 mil cruzeiros e o INCRA a participação de 330 mil cruzeiros. Embora não tenha aqui a especificação de como, onde e a objetividade da aplicação, entendê-se que é para a implantação do cooperativismo do Estado do Paraná.

Tenho apenas uma observação a fazer com respeito aos convênios que são encaminhados pelo Poder Executivo a esta Casa para apreciação e posterior votação, que é com respeito a forma pela qual S. Exa. manda este tipo de Mensagem a este Poder. É uma advertência que faço ou melhor, é uma observação que faço aos Srs. Deputados, sobretudo porque logo adiante vou fazer uma consideração mais ampla a respeito de outro projeto. Chamo a atenção da Comissão de Constituição e Justiça para que faça um exame mais profundo dos objetivos e dos fins a respeito do que se propõe o convênio.

Datíssima vênica, deixo consignado aqui a minha estranheza

pela forma que vêm ao Poder Legislativo este tipo de mensagem.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Projeto de Resolução número 71/75. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 57/74, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao município de Santana do Itararé, ambulância Willys, ano 1966 e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e CF. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 57/75, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que institui o dia 25 de julho como o Dia do Colono Paranaense, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e CF. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 108/75, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da Escolinha Tia Paula, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 109/75, de autoria do Deputado José Lázaro Dumont que dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação da letra e do nome do autor do Hino do Paraná, nas capas de livros didáticos e cadernos escolares impressos pelo Governo do Estado do Paraná e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e CIP. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 111/75, de autoria do Deputado Antonio Facci, que declara de utilidade pública a Obra do Berço de Maringá, com sede e foro na referida cidade. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 113/75, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que declara de utilidade pública a Escola Cristo Rei, com sede na cidade de Marechal Cândido Rondon. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 116/75, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que declara de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guaraniaçu, sediado naquela comuna. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 184/74, de autoria do Deputado Ivo Rocha, que declara de utilidade pública a Fundação Educacional de Toledo. Parecer favorável da CCJ. (anexo Projeto de Lei nº 28/75, de autoria do Deputado Egon Pudell, referente ao mesmo assunto). — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 25/75, de autoria do Deputado Trajano Bastos de Oliveira, que a Fiscalização Financeira, Orçamentária e Patrimonial das Sociedades instituídas pelo Poder Público ou em que o Poder Público participe com capital majoritário e as Empresas Públicas, qualquer que seja a forma de que se revistam, será exercida pela Assembléia Legislativa e Câmaras Municipais, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, E CF. COM SUBSTITUTIVO e EMENDA, EM REGIME DE URGÊNCIA.

O Projeto será votado pelo substitutivo, ressalvada a emenda.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, quer me parecer que V. Exa. regimentalmente, preferencialmente submeteu o plenário, para votação do substitutivo geral oferecido pela egrégia Comissão de Constituição e Justiça. Permitiria-me solicitar de V. Exa., que determinasse ao Sr. 1º Secretário a leitura da emenda que por ventura V. Exa. deseje o pronunciamento do plenário, porque quer me parecer que o substitutivo, no seu todo, satisfaz as modificações que a Casa pretendeu, no aperfeiçoamento da propositura do eminente Deputado Trajano Bastos.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa esclarece, nobre Deputado, que a Emenda é da própria Comissão que fez o substitutivo

geral. Existe uma emenda substitutiva, existe uma sub-emenda a esta emenda, que também foi aprovada pela própria Comissão, naturalmente para cobrar algo que tenha havido no substitutivo geral.

A emenda é do teor seguinte: (Lê):

“COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA AO SUBSTITUTIVO GERAL DO PROJETO DE LEI Nº 25/75

Mantendo a redação dada ao artigo 2º, § 1º, de emenda substitutiva, acrescente-se a expressão. “A QUAL TERÁ O PRAZO IMPROPRORROGÁVEL DE TRÊS DIAS, PARA OPINAR”.

JUSTIFICATIVA:

Normalmente as informações solicitadas por iniciativa de Deputados, merecem caráter de urgência, razão pela qual urge tais requerimentos sejam imediatamente atendidos, evitando-se a especulização e procrastinação das Comissões, que por recursos de ordem regimental e outros expedientes legais podem desnaturar até o tema de atualidade de que se reveste ou objetiva a informação pleiteada.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 01 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) NILSO SGUAREZI — Relator”

O SR. IVO THOMAZONI — Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o substitutivo ao Projeto de Lei nº 25/75. — **Aprovado.**

Em votação a emenda. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 106/75, de autoria do Deputado João Cioni Netto, que declara de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo, da cidade de Umuarama. Parecer favorável da CCJ. — Com Substitutivo. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 110/75, de autoria do Deputado Antonio Facci, que declara de utilidade pública a Sociedade de Assistência Social e Educativa de Maringá, com sede e foro na referida cidade. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 120/75, de autoria do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que declara de utilidade Pública a Associação Filantrópica e Recreativa Oliveira — AFIRO, com sede na cidade de Palmas. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 121/75, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que declara de utilidade pública a Associação Feminina Assistencial de Ibaiti, com sede no referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 122/75, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que declara de utilidade pública A Ação Comunitária Frederico Ozanam de São Vicente de Paula, com sede nesta Capital. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 126/75, de autoria do Deputado Accioly Neto, que declara de utilidade pública a Associação dos Servidores do SERPRO, Serviço Federal de Processamento de Dados, com sede nesta Capital. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 127/75, de autoria do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que declara de utilidade pública a Creche Menino Jesus, com sede na cidade de Maringá. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 71/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 153/75, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo Federal, através da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Governo do Estado do Paraná, objetivando dotar o Oeste do Paraná de adequada infraestrutura Econômica e Social. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 72/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Governo Federal, através da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Governo do Estado do Paraná, que objetiva dotar o Oeste do Paraná de adequada infraestrutura econômica e social.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) DÁCIO LEONEL — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 153/75

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 52/75, de 04 de setembro de 1975; é encaminhado à apreciação desta Casa o Convênio celebrado entre o Governo Federal, através da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Governo do Estado do Paraná, objetivando dotar o Oeste do Paraná de adequada infraestrutura Econômica e Social.

Cumprido o Senhor Governador, desta forma, determinação Constitucional, uma vez que os convênios celebrados, pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução em anexo.

Sala das Comissões, em 15 de setembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) DÁCIO LEONEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 76/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 173/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Ribeirão do Pinhal, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Marcelino Nogueira, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 76/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Ribeirão do Pinhal, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Marcelino Nogueira, da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ENÉAS FARIA — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 173/75

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 49/75, de 28 de agosto de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 23 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de Ribeirão do Pinhal, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Marcelino Nogueira, da sede do referido Município.

Cumprido o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ENÉAS FARIA — Relator

— Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para encaminhar a votação).

Retornamos, com o mesmo objetivo e quero lembrar mais uma vez à mensagem de S. Exa. que encaminha a este Legislativo a pretensão da aprovação deste convênio firmado com a CEPLAN do Paraná. É um Convênio que visa, segundo a cláusula primeira, que tem o objetivo de adequar a infra-estrutura econômica e social do Oeste do Paraná. Na cláusula segunda, a Presidência da República, através da Secretaria de Planejamento, expenderia a quantia de 196 milhões e 700 mil cruzeiros para a infra-estrutura especificando da cidade de Foz do Iguaçu para os efeitos de melhoria da infra-estrutura e econômica e social daquela cidade. Na cláusula oitava, o Estado preparou ou se obriga a dispendar 47 milhões e 300 mil cruzeiros. Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que S. Exa. não fala de qual o município do Oeste do Paraná e é sabido que o Oeste do Paraná é composto de um grande número de municípios e nem tão pouco esclarece ao Poder Legislativo quais os objetivos e a que tipo de infra-estrutura econômica e social, de que o termo é muito vago, muito amplo e não define especificação alguma nem de unidades municipais. Então, apenas estou observando e pediria ao Líder do Governo que trouxesse, se possível, a este Legislativo as explicações da pretensão. O nosso objetivo é apenas de esclarecimentos e para efeito de que este Legislativo possa manusear com dados concretos a respeito da pretensão do Executivo desde que fala numa região grande e me parece sem desmerecer das demais, o oeste do Paraná, e, por outro lado, a mensagem diz o seguinte: "Tenho a honra, de encaminhar a V. Exa., à Presidência do Legislativo, para fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado entre o Governo Federal, através da Secretaria do Planejamento e o Governo do Estado do Paraná, porque o objetivo é dotar o oeste do Paraná de adequada infra-estrutura econômica e social. O interesse público da medida, da aprovação da medida ora submetida à apreciação da Casa, está expressa no próprio texto do contrato."

Ocorre que eu não vi aí especificação. Entendo realmente que seja de interesse público a aprovação de um convênio desta envergadura, sobretudo quando dispende importância vultosa como essa, mas nos pareceu, assim, que seria como o Legislativo mandar para o Tribunal de Contas, órgão de que é dependente,

uma mensagem desta ou um expediente destes apenas é para referendar uma simples obra de burocracia, o que nos parece um pouco oficioso e displicente também. Não estou abusando do termo. Então, nestas condições, deixo aqui lavrada uma vez mais a minha posição diante deste aspecto que o Executivo adota para o Legislativo.

Voto a favor com esta ressalva de que o Poder Executivo deve encaminhar, e isto por uma questão de equilíbrio de Poder, as explicações adequadas quando pretende a aprovação do Legislativo. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Projeto de Lei nº 72/75.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, constitucionalmente, o Governo do Estado firma convênios com a União e os municípios "ad referendum" deste Poder. Quer me parecer, Sr. Presidente, que nos convênios firmados nos últimos anos pelo Governo do Estado do Paraná com a União em se tratando de volume de recursos a serem aplicados em obras de infra-estrutura no território paranaense, é este talvez o de maior significado social. Isto porque prevê a aplicação de somas vultosas em obras de que realmente a região oeste do Paraná é carente.

Visitei na última semana a região do oeste e verifiquei, Sr. Presidente, que este volume de recursos que se está lá aplicando dentro de um planejamento feito pela SUDESUL, solicitado pela municipalidade de Foz do Iguaçu, já se está fazendo presente na construção principalmente de algumas rodovias que reputamos da maior importância para o oeste do Paraná, como é o caso da ligação Medianeira — Guaíra.

Também a existência de um contrato em que se definem as prioridades administrativas alinhadas pelo Governo do Estado e que merecerão esses recursos para aplicação naqueles setores pré-determinados. Neste particular poderia informar a S. Exa. o Deputado Fidelcino Tolentino, que se alinha como obra de infra-estrutura a estrada que, se haverá de servir às obras da Usina de Itaipu, por outro lado haverá de beneficiar também o escoamento da enorme produção agrícola que ali se colhe de todas as safras.

Além das rodovias há a preocupação, como houve, do Governo do Estado, de alinhar e de dotar no contrato, as obras do setor de assistência social, pois prevê a construção e manutenção de Distritos Sanitários com o devido atendimento. No setor de Segurança Pública a ampliação, manutenção e uma estrutura melhor.

No setor educacional atende àquelas obras prioritárias ali alinhadas nos exercícios que vão de 75 a 77, totalizando uma soma que realmente é surpreendente para nós que no interior temos recebido tão pouco.

Comprometeria-me com V. Exa., nobre Deputado, porque sei que o convênio foi publicado, a entregar a publicação a V. Exa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — A minha pergunta não é esta.

O SR. PRESIDENTE — Em explicação pessoal não são permitidos apartes.

Aproveito para dizer ao nobre orador que o tempo está esgotado.

O SR. IVO THOMAZONI — Em segunda discussão teremos a oportunidade de falar com maior tempo.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Projeto de Lei nº 72/75. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 77/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 174/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Ribeirão do Pinhal, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual, na sede daquele

município. Parecer favorável da C.C.J.. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 77/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Estado, através da Secretaria de Administração, e o município de Ribeirão do Pinhal, com a finalidade de execução de reparos do prédio onde funciona o Colégio Estadual, na sede daquele município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ADALBERTO DAROS — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 174/75

Através da Mensagem nº 49/75, é encaminhado para referendo desta Assembléia Legislativa, o Termo de Convênio entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, e o município de Ribeirão do Pinhal, com a finalidade de execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual, na sede daquele município.

De acordo com o estabelecido pela Constituição Estadual, é de competência de Sua Excelência o Senhor Governador a celebração de Convênio, a referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se os objetivos do Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do aludido município.

Assim temos que nos manifestar favorável à Proposição nº 174/75, opinando-se pela sua aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ADALBERTO DAROS — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 78/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 176/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Japira, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Delegacia e Cadeia Pública na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 78/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado, em 24 de julho de 1975, entre o Estado através da Secretaria de Administração e o município de Japira, com a finalidade de execução de reparos no prédio onde funciona a Delegacia e Cadeia Pública na sede daquele município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ADALBERTO DAROS — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 176/75

Através da Mensagem nº 49/75, é encaminhado para refe-

rendo desta Assembléia Legislativa, o Termo de Convênio entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e o município de Japira, com finalidade de execução de reparos no próprio onde funciona a Delegacia e Cadeia Pública, na sede daquele município.

De acordo com o estabelecido pela Constituição Estadual, é de competência de Sua Excelência o Senhor Governador a celebração de Convênio, ad referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se os objetivos do Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do aludido município.

Assim temos que nos manifestar favorável à Proposição nº 176/75, opinando-se pela sua aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO – Presidente
a) ADALBERTO DAROS – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 79/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 177/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Japira, objetivando reparos no prédio onde funciona o Posto de Puericultura, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. – **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 79/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º – Fica aprovado o termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e o município de Japira, em 23 de julho de 1975, com a finalidade de reparos no prédio onde funciona o Posto de Puericultura na sede daquele município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO – Presidente
a) WALDENÍCIO BARBALHO – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 177/75

Através da Mensagem nº 49/75, é encaminhado para referendo desta Assembléia Legislativa, o Termo de Convênio celebrado entre o Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Japira, com a finalidade de execução de reparos no prédio onde funciona o Posto de Puericultura na sede daquele município.

De acordo com o estabelecido na Constituição Estadual, é de competência do Senhor Governador a celebração de convênios, ad referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se os objetivos do convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do aludido município.

Assim temos a nos manifestar favorável à Propositura nº 177/75, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO – Presidente
a) WALDENÍCIO BARBALHO – Relator

O SR. PRESIDENTE – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, lido no expediente, suge-

rindo à Comissão Executiva a denominação de Auditório Rui Barbosa, e a colocação de um busto em sua homenagem no saguão deste plenário, em homenagem que lhe deverá ser prestada por ocasião do 52º aniversário de sua morte, em 1º de março de 1976. – A Comissão Executiva fará um estudo sobre a sugestão apresentada.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando voto de regozijo pela passagem do Dia do Radioamador, que se comemora nesta data. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Adalberto Daros e Enéas Faria, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do Dia do Radioamador. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Major Pedro Plotécia, ocorrido em Ponta Grossa. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 178º aniversário da elevação de Antonina à categoria de cidade. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do Expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Educação e Cultura, Governador do Estado e Secretário de Estado da Pasta de Educação e Cultura, no sentido da criação e funcionamento da Faculdade de Agronomia, na sede da comarca de Iporã. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Fazenda, sugerindo a criação de uma lei objetivando um maior incentivo à prática do esporte amador. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, seja encaminhado apelo aos Srs. Ministro da Fazenda, Ministro da Agricultura e Presidente do Banco Central, no sentido de que os benefícios da Lei 5969, de 11 de dezembro de 1973, que criou o PROAGRO, sejam estendidos também aos financiamentos para a lavoura cafeeira. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário do Interior, no sentido de apressamento do sistema telefônico de Marialva, em DDD. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário do Interior, no sentido do apressamento, da operação efetiva do novo sistema de telefones em Maringá, pela substituição do antigo serviço. – **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 6, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei nºs 184/74, 25/75, 106/75, 110/75, 120/75, 121/75, 122/75, 126/75, 127/75.

2ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução nºs 72/75, 76/75, 77/75, 78/75 e 79/75.

1ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução nºs 80/75, 81/75, 82/75, 83/75 e 84/75; e marcando ainda uma sessão, para sexta-feira, dia 7, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL – dos Projetos de Resolução números 68/75, e 69/75.

Levanta-se a Sessão.